

Ciência contra lavagem de dinheiro

Laboratório que já permitiu a Operação Aquarela terá uma réplica para o Distrito Federal.

Carolina Vicentin

Representantes do Ministério Público do Distrito Federal e da Secretaria Nacional de Justiça assinaram ontem convênio para replicar a nível local o Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro. O DF é a primeira unidade da federação a receber o sistema de análise de informações. A tecnologia deve custar cerca de R\$ 2,5 milhões, financiados com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci).

O procurador-geral de Justiça, Leonardo Bandarra, calcula que o laboratório deve começar a funcionar até março do ano que vem. Bandarra acredita que o DF foi escolhido para iniciar a replicação porque o Ministério da Justiça reconhece o combate à corrupção feito pelos órgãos distritais. O procurador-geral explica que a tecnologia facilitará o processo de checagem de informações bancárias, telefônicas e telemáticas.

— Nós recebemos o Fundo Constitucional e outras receitas. Por ser sede do poder, o DF concentra verbas do país inteiro. O laboratório vai viabilizar e modernizar os processos investigativos — comentou Bandarra.

O secretário Nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior, afirma que devem ser implantados laboratórios como esse em cada uma das 11 regiões metropolitanas definidas como prioritárias pelo Pronasci. Para Tuma, a longo prazo, a tecnologia permitirá que todos os crimes contra o patrimônio sejam identificados e punidos. Os softwares produzirão material conclusivo para os órgãos de investigação e para a Justiça Criminal. O secretário destaca que o laboratório trará grande economia de tempo. Com o auxílio da tecnologia, análises que levariam anos podem ser concluídas em um ou dois meses.

Aquarela comprova eficácia

A eficácia dos softwares utilizados foi comprovada durante a Operação Aquarela, deflagrada pelo MP e pela Polícia Civil em junho deste ano. Os promotores do Núcleo de Combate às Organizações Criminosas utiliza-

“

Brasília é uma fonte inesgotável de casos de corrupção, mas nós somos como amadores lidando com gente que tem muito dinheiro e advogados caros

Alessandra Queiroga
promotora e coordenadora do núcleo

ram o laboratório que já existe no Ministério da Justiça. A coordenadora do núcleo, promotora Alessandra Queiroga, explica que a tecnologia foi responsável pela análise estatística de toda a parte financeira do processo.

A Operação Aquarela investigou crimes cometidos pela diretoria do Banco de Brasília, acusada de crimes contra a administração pública, como lavagem de dinheiro, fraude em licitações e peculato. Segundo Alessandra, a investigação continua e mais pessoas serão denunciadas à Justiça no ano que vem.

— Brasília é uma fonte inesgotável de casos de corrupção. E nós somos como amadores lidando com gente que tem muito dinheiro e advogados. O laboratório é fundamental para levantar hipóteses e soluções para as investigações — destaca.

Segundo Alessandra, a principal dificuldade do MP é a falta de servidores. O procurador-geral de Justiça diz que o órgão tem déficit de 79 promotores e 600 servidores. Porém, cláusula da Lei de Responsabilidade Fiscal impede o concurso.

Outras iniciativas

Além do laboratório, o Pronasci deve financiar outros projetos no DF. Ontem, foi criado o Grupo de Gestão Integrada, reunindo órgãos federais e distritais.

— Estamos oficializando nosso compromisso com a União. Vamos dar prioridade à prevenção em detrimento da repressão, que deve ser a última medida do sistema — comentou o secretário de Segurança Pública, general Cândido Vargas.



Marcos Brandão

COMBATE AO CRIME — DF é a primeira unidade da Federação a receber o sistema de análise de informações